



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 10/03/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### Ministro do trabalho sugere desonerar folha de pagamento para gerar mais emprego

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, sugeriu na terça-feira (7) que a reforma tributária faça uma mudança na cobrança de impostos das empresas para ajudar na geração de empregos de qualidade. Marinho defendeu que a cobrança de impostos não incida sobre a folha de pagamentos e sim sobre o faturamento das empresas.

Nós precisamos desonerar a produção, a folha de pagamento da produção. Então, quanto mais o setor tem mão de obra, tem que ter mais facilidade para empregar com mais qualidade. Este é meu entendimento. Essa transferência é simples? Não, não é. Se fosse simples, teríamos feito há muito tempo.- Luiz Marinho

Segundo o ministro, a desoneração da folha deve ser discutida pela sociedade, a começar pela discussão sobre “o papel da Previdência na importância do estado de bem-estar”.

“A contribuição de sustentar a Previdência deveria vir dos faturamentos das empresas e não da folha de pagamentos”, disse o ministro durante almoço promovido pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo, em Brasília.

A desoneração, que atualmente está em vigor e vale para os 17 setores da economia que mais empregam no país, venceria em 2021, mas o Congresso Nacional aprovou um projeto que estendeu a medida até dezembro de 2023. A lei permite às empresas substituir a contribuição previdenciária – de 20% sobre os salários dos empregados – por uma alíquota sobre a receita bruta, que varia de 1% a 4,5%.

Marinho ressaltou que a defesa da desoneração é um entendimento pessoal e que caberá ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, liderar a discussão sobre o assunto.

“Eu, pessoalmente, tenho a simpatia em substituir a oneração da folha por onerar o faturamento. A função de sustentar a Previdência deveria vir do faturamento das empresas, e não da folha de pagamento, não estar vinculado à folha de pagamento. Porque, ao estar vinculado à folha de pagamento, você sacrifica em demasia as empresas que têm forte impacto de mão de obra”, explicou o ministro.

“Então, se você fizer essa substituição, evidentemente bem equilibrada, com cautela e de forma gradativa, eu vejo com bons olhos esse processo de transição”, completou. Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 10 de março.

### Brasil abre 83.297 vagas formais de trabalho em janeiro, mostra Caged

O Brasil abriu 83.297 vagas formais de trabalho em janeiro, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgado nesta quinta-feira (9) pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

O resultado foi melhor que o de dezembro, quando haviam sido fechadas 440.669 vagas formais de trabalho, segundo número atualizado, mas veio abaixo do saldo de janeiro de 2022, de 167.269 vagas formais (número atualizado).

Conforme o Caged, o saldo de novas vagas em janeiro foi resultado de 1.874.226 admissões e de 1.790.929 desligamentos.

O mês de janeiro foi o primeiro do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar do resultado positivo no Caged, ele foi inferior ao registrado no mesmo mês do ano passado, o que corrobora algumas avaliações de que o mercado de trabalho está em desaceleração.

Na ata de seu último encontro de política monetária, realizado no início de fevereiro, o Banco Central já havia alertado para o enfraquecimento do mercado de trabalho.

“O mercado de trabalho, que surpreendeu positivamente ao longo de 2022, continua mostrando sinais de desaceleração, com queda nas admissões líquidas do Novo Caged e relativa estabilidade na taxa de desemprego, proveniente de recuos na população ocupada e na força de trabalho”. Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 10 de março.

## Preços da cesta básica caem na maioria das capitais no primeiro bimestre

Os preços médios da cesta básica caíram, de janeiro para fevereiro, em 13 das 17 capitais pesquisadas pelo Dieese. Em comparação com fevereiro do ano passado, o instituto apurou alta em todas as cidades, segundo pesquisa divulgada nesta quinta-feira (9). Já no primeiro bimestre, o preço caiu em 10, no Centro-Sul (Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória). E subiu em sete, no Norte-Nordeste (Aracaju, Belém, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife e Salvador).

De acordo com o Dieese, as principais reduções no mês foram registradas em Belo Horizonte (-3,97%), Rio de Janeiro (-3,15%), Campo Grande (-3,12%), Curitiba (-2,34%) e Vitória (-2,34%). Já os quatro aumentos foram em capitais das regiões Norte e Nordeste: Belém (1,25%), Natal (0,64%), Salvador (0,34%) e João Pessoa (0,01%).

No mês passado, as capitais com cestas mais caras foram do Sul-Sudeste: São Paulo (R\$ 779,38), Florianópolis (R\$ 746,95), Rio de Janeiro (R\$ 745,96) e Porto Alegre (R\$ 741,30). No Norte-Nordeste, onde a composição é diferente, os menores valores foram registrados em Aracaju (R\$ 552,97), Salvador (R\$ 596,88) e João Pessoa (R\$ 600,10).

Assim, com base na cesta mais cara, o Dieese calculou em R\$ 6.547,58 o salário mínimo necessário para as despesas básicas de uma família com quatro integrantes. Valor equivalente a 5,03 vezes o piso (R\$ 1.302 desde janeiro). Esse proporção era um pouco maior o mês anterior (5,10) e menor há um ano (4,96 vezes).

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 10 de março.

## Nem chocolate em barra, mais barato que ovo, escapa da inflação na Páscoa de 2023.

Nem opções mais baratas do que os tradicionais ovos de chocolate devem escapar da inflação na Páscoa de 2023.

Em 12 meses até janeiro, os preços do chocolate em barra e do bombom acumularam alta de 13,61% no Brasil, segundo o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Trata-se da maior variação desde fevereiro de 2017. À época, os produtos haviam subido 17,23% em 12 meses, de acordo com os dados pesquisados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

No acumulado até janeiro de 2023, a alta do chocolate em barra e do bombom (13,61%) supera a do grupo alimentação e bebidas (11,07%) e equivale a mais do que o dobro do IPCA geral (5,77%).

Em 2019, o salgado ocupava a quarta posição entre os alimentos mais consumidos fora de casa, mas subiu para a segunda colocação em 2022, passando à frente de sanduíches e pizzas, perdendo apenas para os snacks doces que continuaram na liderança nos dois períodos analisados.

O salgado pronto e o salgadinho de pacote foram os únicos alimentos fora de casa cujo consumo aumentou no período, com alta de 18% e 4% nos volumes respectivamente. A quantidade consumida de refeições caiu 43%.

A carestia também aparece no IPC-DI, um dos índices de inflação do FGV Ibre. Em 12 meses até fevereiro, os chocolates registraram alta de 12,4%, acima da variação geral do indicador (4,7%).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 10 de março.

## Produção de arroz no país é a menor em 25 anos, e consumidor paga a conta

A produção brasileira de arroz deverá ser inferior a 10 milhões de toneladas neste ano, o que não ocorre há 25 anos. A de feijão está abaixo dos 3 milhões de toneladas há três safras, um volume inferior ao da média histórica.

Os dados são da Conab (Companhia Nacional do Abastecimento), que continua apontando para uma supersafra de 310 milhões de toneladas de grãos neste ano, impulsionada por soja e milho, que representam 89% desse volume.

A produção dos básicos recua porque perdem espaço para produtos com maior abertura no mercado externo, como a soja. Em algumas regiões, os custos de produção do arroz e do feijão e os riscos climáticos afastam os produtores dessas lavouras.

A conta recai sobre o consumidor de menor renda. De 2019 a 2022, o feijão teve um aumento anual de 20,4% nas gôndolas dos supermercados. Nesse mesmo período, o arroz subiu 15,4% ao ano.

Esses percentuais ficam bem acima da inflação média anual de 6,8% do período, conforme dados da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 10 de março.